



**“ÁGUAS PARA A VIDA” COMO PRÁTICA DA DEMOCRACIA  
SOCIOAMBIENTAL:**

**Análise Semiótica Discursiva na Mobilização pelo Direito à Participação  
Popular em Rondônia<sup>1</sup>**

**“WATER FOR LIFE” AS A PRACTICE OF SOCIO-ENVIRONMENTAL  
DEMOCRACY:**

**Discursive Semiotic Analysis of the Mobilization for the Right to Popular  
Participation in Rondônia**

**“AGUAS PARA LA VIDA” COMO PRÁCTICA DE LA DEMOCRACIA  
SOCIOAMBIENTAL:**

**Análisis semiótico-discursiva de la movilización por el derecho a la  
participación popular en Rondônia**

**João Gabriel dos Santos Almeida<sup>2</sup>**

**Aparecida Luzia Alzira Zuin<sup>3</sup>**

---

<sup>1</sup>Resumo apresentado ao GT 5 – Justiça e Conflitos Socioambientais na Amazônia, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

<sup>2</sup>Graduando em Direito na Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Bolsista do PIBIC DHJUS no projeto intitulado “ÁGUAS PARA A VIDA’ COMO PRÁTICA DA DEMOCRACIA SOCIOAMBIENTAL: Análise Semiótica na Mobilização pelo Direito à Participação Popular em Rondônia”. Email: almeida.jgds@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8212920871649056>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6325-2149>.

<sup>3</sup>Professora Titular da UNIR; Coordenadora e Docente do DHJUS/Unir; Doutora e Mestre em Comunicação e Semiótica, pela PUC-SP; Pós-Doutora em Direito, pela UERJ; Graduada em Letras. Email: [profalazuin@unir.br](mailto:profalazuin@unir.br). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1584841068017210>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5838-2123>.



## RESUMO

O presente trabalho realiza uma análise semiótica discursiva, à luz da tradição francesa de Algirdas Julien Greimas, sobre a mobilização popular “Águas para a Vida, Não para a Morte”, conduzida por comunidades tradicionais de Guajará-Mirim (RO) em resistência ao projeto hidrelétrico binacional do rio Madeira. O estudo parte do problema central de compreender como os discursos institucionais e comunitários produzem sentidos opostos sobre desenvolvimento, vida e território, e de que modo essa disputa simbólica impacta o direito à participação popular nas decisões socioambientais. O objetivo geral é interpretar os modos de significação presentes nos discursos político-institucionais e comunitários acerca do projeto hidrelétrico, identificando as estratégias enunciativas e as relações de poder que configuram os lugares de fala e de silêncio no processo participativo. A pesquisa adota como fundamentação teórica a Semiótica Discursiva Greimasiana, complementada pelas contribuições de Landowski (1997) sobre a sociosemiótica cuja ideia é que todo discurso social é para um público coletivo; Zuin (2015) quanto à comunicação como mediação, e Saussure (1916) em sua concepção de signo linguístico. Metodologicamente, utiliza-se uma abordagem qualitativa e interpretativa, com análise de faixas, cartas abertas, relatórios técnicos e dispositivos legais, compreendidos como textos que expressam a tensão entre dois regimes de sentido: o discurso institucional, ancorado em noções de *segurança energética, desenvolvimento e progresso técnico*; e o discurso comunitário, que prioriza *vida, território e direitos socioambientais*. A análise evidencia que a mobilização “Águas para a Vida” constitui não apenas uma resistência política, mas também uma produção de sentidos contra-hegemônicos, na qual as comunidades amazônicas reconfiguram o campo do dizer público, reivindicando o direito humano à participação e à escuta.

**Palavras-chave:** Semiótica Discursiva; Participação Popular; Direitos Humanos; Amazônia; Discurso Socioambiental.

## 1. INTRODUÇÃO

Em 8 de agosto de 2023, no Centro de Treinamento de São José (de Guajará-Mirim/RO), cerca de 140 pessoas presenciaram um seminário público provocado pela Eletrobras, pela Empresa Nacional de Electricidad (ENDE), da Bolívia, e pelo



Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para apresentar os estudos iniciais da usina hidrelétrica binacional do rio Madeira.

Nesse evento, em um ato simbólico, aproximadamente 40 manifestantes - indígenas, ribeirinhos, pescadores e ativistas - ocuparam o salão, em um gesto de resistência e oposição, exibindo faixas contrárias à política. Dentre os elementos da ação, havia uma faixa que continha a seguinte mensagem: “Não à hidrelétrica Ribeirão! Águas para a vida, não para a morte!”.

Nessa manifestação, que passamos a chamar de “Águas para a Vida, não para a Morte” para fins didáticos, os participantes estavam denunciando a falta de participação social e transparência na elaboração dos estudos ambientais, fato que levou à interrupção prematura do evento pelos organizadores. Posteriormente, esse protesto foi materializado mediante uma carta aberta no dia 30 de julho de 2023, assinada por 37 organizações, onde se alertou que “convocar comunidades para divulgar estudos sem prévio conhecimento da sociedade [...] é violar a participação dos povos a serem afetados” (Damasio, K., 2024).

Com efeito, os primeiros grupos afetados por iniciativas como estas são as comunidades tradicionais e os povos originários, como ocorreu com inúmeras delas após a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, situadas em Rondônia (de Araujo, N. C.; Moret, A. de S., 2016).

Com base nestas manifestações, o problema desta pesquisa é: Como os discursos institucional e comunitário produzem sentidos antagônicos sobre *vida*, *território* e *desenvolvimento* na mobilização popular “Águas para a Vida, Não para a Morte”, e de que modo essa disputa simbólica afeta o exercício efetivo do direito à participação popular nas decisões socioambientais sobre o projeto hidrelétrico binacional do rio Madeira?

O objetivo geral é interpretar, à luz da semiótica discursiva greimasiana, os modos de significação presentes nos discursos político-institucionais e comunitários acerca do projeto hidrelétrico do rio Madeira, identificando as estratégias



enunciativas, valores e regimes de sentido que moldam as relações de poder, o reconhecimento simbólico e os limites da participação popular nas decisões socioambientais que envolvem as comunidades tradicionais de Guajará-Mirim (RO).

No decorrer deste trabalho,  possível identificar quais os sentidos por trás do (não) dizer. Neste prisma,  nítido o quanto que a oposio causa desconforto a quem procura mudanças que ameaçam direitos humanos, pois elas produzem afetos e afetados. Ao negarem a transparência, os agentes responsáveis pelo projeto dizem (sem dizer) o que pensam sobre o próprio.

Nesse sentido, são cientes do abalo que poderá, e irá, causar contra direitos humanos e, por isso, ferem outros direitos humanos para evitar a pressão popular, a oposio e o diálogo, que seria inevitável.

No relatado contexto de conflito socioambiental, propõe-se com fundamento na semiótica discursiva, compreender os modos como a mobilizao “guas para a Vida, não para a Morte” atua como enunciativa da prática de democracia socioambiental.

Consoante ao que afirma Zuin (2009), as manifestaes sociais — sobretudo aquelas que se expressam por meio de signos visuais e discursivos — configuram-se como objetos de comunicao e significao, pois mobilizam afetos e valores na tentativa de tornar visível a indignao coletiva. A partir dessa perspectiva, a semiótica discursiva greimasiana permite compreender que todo discurso  uma construo de sentido mediada por relaes de enunciado e enunciao, nas quais o sujeito comunica não apenas o que diz (*o contudo*), mas também como diz (*a forma e o modo de presença do enunciatador*).

No caso da mobilizao “guas para a Vida, Não para a Morte”, observa-se uma tensão entre dois regimes de discurso: o discurso institucional, que organiza o dizer em torno de valores modais de *poder* e *saber*, buscando legitimar o projeto hidrelétrico por meio de isotopias de “segurança energética”, “desenvolvimento” e “progresso técnico”; e o discurso comunitário, sustentado pelos valores modais de



*querer* e *dever*, que produzem isotopias de “vida”, “território” e “direitos socioambientais”. Assim, há uma oposição semântica fundamental entre dois sistemas de valores: o econômico-tecnocrático e o ético-ecológico.

A enunciação institucional manifesta-se em um tom impessoal e objetivador, no qual o sujeito do discurso busca ocultar sua presença, construindo um efeito de verdade técnica e neutralidade. Já a enunciação comunitária se caracteriza pela modalização afetiva e coletiva: o “nós” do enunciador expressa pertencimento, dor e resistência, instaurando um discurso de solidariedade e vida compartilhada.

Em termos de manifestação, as faixas, cartas abertas e imagens das mobilizações funcionam como suportes semióticos nos quais o conteúdo ideológico se converte em forma sensível — cores, metáforas e repetições que instauram uma semiose contínua, isto é, um processo dinâmico de produção e transformação de sentidos. Essa semiose articula o plano da expressão (as materialidades — palavras, sons, imagens) e o plano do conteúdo (os valores e crenças que estruturam o discurso), gerando uma rede simbólica de resistência e reivindicação.

Portanto, a análise semiótica revela que a disputa entre o discurso técnico-institucional e o discurso comunitário é, antes de tudo, uma disputa de regimes de sentido e de valores, na qual a linguagem se torna campo de luta política e cognitiva. A mobilização “Águas para a Vida, Não para a Morte” inscreve-se, assim, como um ato de enunciação coletiva que rompe com o silêncio imposto e reconfigura o espaço público por meio de uma semiose de resistência, na qual o signo “vida” adquire densidade ética e discursiva.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Esta pesquisa aplicará métodos da semiótica jurídica- com base nos fundamentos da semiótica francesa/discursiva/greimasina, que analisa a materialidade do enunciado normativo, suas estruturas discursivas e implicações



pragmáticas, para revelar como o direito se configura também como sistema de signos carregado de poder simbólico.

Articulam-se, para esta etapa, as concepções estruturais e narrativas da semiótica discursiva, o modelo actancial de Greimas (1973) e a sociosemiótica de Landowski (1997), a fim de compreender a estrutura de valores que organiza os discursos em disputa. Essa articulação teórico-metodológica possibilita construir um quadrado semiótico que revele as oposições fundamentais, contradições e contraditoriedades presentes na polarização dos sentidos.

No caso da mobilização “Águas para a Vida, Não para a Morte”, as semânticas básicas se estruturam em torno das categorias: vida ↔ morte x progresso ↔ preservação.

Essas categorias se desdobram em valores ideológicos e passionais que organizam os discursos: o discurso institucional, ancorado nos valores de “progresso” e “segurança energética”, busca legitimar o empreendimento hidrelétrico por meio de um contrato de veridicção técnico e racional; enquanto o discurso comunitário mobiliza os valores de “vida” e “preservação” como resistência simbólica, construindo um contrato fiduciário baseado na afetividade e no pertencimento territorial.

O quadrado semiótico permite visualizar essas relações como um sistema de tensões entre contrários e contraditórios:

S1 – Vida / Preservação	¬S2 – Morte / Destruição
¬S1 – Progresso técnico sem ética	S2 – Desenvolvimento sustentável

A partir desse esquema, é possível compreender que os enunciados legais e institucionais não são neutros, mas funcionam como instrumentos de legitimação



ou contestação do empreendimento, dependendo do valor modal dominante (dever/poder vs. querer/dever) que orienta cada discurso.

Figura 1 – Águas para a vida, não para a morte



Fonte: Arquivo MAB

Figura 2 – Articulação de povos indígenas



Fonte: <https://cimi.org.br/2017/03/39324/>

Figura 3 – o direito do indígena



Fonte: <https://cimi.org.br/2017/03/39324/>

Em termos narrativos, o Sujeito do discurso institucional busca o *objeto-valor* “*desenvolvimento*”, auxiliado pelos actantes “Estado” e “empresa concessionária”; enquanto o Sujeito coletivo comunitário busca o *objeto-valor* “*vida*”, auxiliado pelos actantes “memória”, “território” e “floresta”. O conflito actancial traduz a disputa semântica entre dois regimes de interação (Landowski): o programado, regido pela previsibilidade técnica, e o sensível, sustentado pela presença afetiva e pela experiência vivida.

Assim, o quadrado semiótico e o modelo actancial operam conjuntamente como instrumentos de leitura crítica dos discursos, evidenciando que a luta das comunidades amazônicas não se reduz a uma questão ambiental, mas configura-se como batalha simbólica e semiótica pela manutenção da vida e pela afirmação do direito humano à participação e ao território.



## Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, de natureza interdisciplinar, sustentada pelos fundamentos da Semiótica Discursiva francesa, conforme Greimas (1973), Courtés (1991) e Landowski (1997). Parte-se do princípio de que toda prática discursiva constitui um processo de produção de sentido, em que se articulam dimensões linguísticas, culturais e ideológicas. Assim, o *corpus* não é visto apenas como um conjunto de textos, mas como uma rede de enunciados significantes, nos quais se inscrevem disputas de valores, posições enunciativas e regimes de interação.

O *corpus* empírico é composto por dois conjuntos de enunciados:

1. Enunciados institucionais e normativos – leis e projetos de lei (como o PL 2159/2021 sobre licenciamento ambiental), normas técnicas, relatórios de impacto ambiental, discursos governamentais e publicações oficiais da Eletrobras e da ENDE;
2. Enunciados comunitários e midiáticos – textos de faixas de protesto, a carta aberta de 30/07/2023, entrevistas com lideranças locais, notas públicas, reportagens e materiais de mídia independente que retratam as manifestações da campanha “Águas para a Vida, Não para a Morte”.

Esses documentos são interpretados como objetos de comunicação, isto é, como formas de manifestação de discursos sociais carregados de significados culturais, políticos e jurídicos, que expressam a tensão entre o direito ao desenvolvimento e o direito à vida e ao território.

A análise será conduzida em três níveis semióticos, conforme o modelo greimasiano:

1. Nível Fundamental – Identificação das oposições semânticas básicas que estruturam o conflito discursivo, tais como *vida/morte*, *progresso/preservação*, *desenvolvimento técnico/direitos humanos*. Esse nível busca evidenciar a estrutura profunda dos valores em disputa.



2. Nível Narrativo – Descrição dos percursos de sentido e dos papéis actanciais (Sujeito, Objeto, Destinador, Oponente, etc.), observando como o discurso constrói relações de poder e conflito. Por exemplo, o “povo” (sujeito coletivo) busca preservar a “vida” (objeto-valor), enquanto o “projeto hidrelétrico” atua como oponente em nome do “progresso”.
3. Nível Discursivo – Análise das estratégias de enunciação e das materialidades expressivas (imagens, cores, slogans, performances). Nessa etapa, serão examinados os cartazes, faixas e registros fotográficos das manifestações, compreendidos como formas sensíveis da significação. O uso de imagens simbólicas — como o contraste entre a água viva e a água represada — será interpretado como metáfora visual da resistência e da luta por direitos.

A leitura semiótica do conjunto evidencia que o slogan e as performances visuais das manifestações operam como concentrações de sentido, condensando a disputa semântica entre “progresso” e “preservação”. Tal tensão se manifesta simultaneamente nas esferas retóricas (discursos públicos) e institucionais (documentos legais), onde a insuficiência de mecanismos efetivos de participação tende a legitimar decisões tecnocráticas em detrimento das comunidades afetadas.

A partir da sociosemiótica de Landowski, busca-se compreender também os regimes de interação estabelecidos entre os atores institucionais e comunitários — ora de programação (controle técnico e hierárquico), ora de ajustamento (negociação, presença e sensibilidade). Essa articulação teórica permite interpretar o conflito como uma semiose social, na qual o sentido emerge da tensão entre linguagem, poder e direito.

Assim, a metodologia proposta não se restringe à descrição dos textos, mas procura compreender como os discursos constroem realidades e legitimam ações, revelando os modos pelos quais a linguagem institucional e a linguagem comunitária produzem significações concorrentes sobre o que é “vida”, “progresso” e “direito”.



### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conflito em Guajará-Mirim evidencia um impasse marcado pela colisão entre grandes projetos de infraestrutura e os direitos das comunidades tradicionais que vivem na Amazônia. Ao realizar uma síntese entre Ciências Humanas e Direito, usando a semiótica para compreender discursos jurídicos e sociais, esta pesquisa contribui para discutir democracia e questões socioambientais, onde visões de mundo divergentes se confrontam com direitos constitucionais, como o acesso à informação e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse contexto, o direito à participação do povo é essencial. Conforme Figueiredo Filho e Menezes, a participação pressupõe o direito à informação, posto existir ligação direta entre ambos, ou seja, o acesso à informação permite a possibilidade de atuação e tomada de decisão consciente (FILHO, F. F. F.; MENEZES, M. S. S., 2014).

Analisar esses elementos sob a semiótica ajuda a compreender como certas narrativas e símbolos, como o ideal de “progresso econômico”, podem dificultar a escuta das vozes comunitárias e deslegitimar processos administrativos estatais, afetando vidas e territórios de populações vulneráveis. A semiótica jurídica aplicada ao caso mostra o duplo papel do direito: potencialmente protetor, mas também, quando instrumentalizado por discursos tecnocráticos, produtor de exclusão.

Dessa forma, a pesquisa aponta para implicações práticas e políticas: é necessário fortalecer mecanismos que garantam participação social efetiva nos processos decisórios; assegurar transparência plena nos estudos ambientais; reconhecer a validade das manifestações comunitárias como formas legítimas de produção de conhecimento. Entender como signos e narrativas operam nas disputas socioambientais é condição para avançar em direção a uma democracia mais equitativa e respeitosa dos direitos das comunidades tradicionais.

### **REFERÊNCIAS**



BRASIL. Lei n.º 5.868, de 11 de setembro de 2024. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei n.º 4.437, de 17 de dezembro de 2018. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, nº 171, 11 set. 2024.

DAMASIO, Kevin. Povos tradicionais se articulam contra hidrelétrica binacional no rio Madeira. O Eco, 2 fev. 2024. Disponível em:

<https://oeco.org.br/reportagens/povos-tradicionais-se-articulam-contrahidreletrica-binacional-no-madeira/>. Acesso em: 1 maio 2025.

DE ARAUJO, Neiva Cristina; DE SOUZA MORET, Artur. Direitos humanos e hidrelétricas: uma análise dos impactos socioambientais e econômicos gerados em Rondônia. **Veredas do direito**, v. 13, n. 26, p. 167-194, 2016.

FILHO, Figueiredo F. F.; MENEZES, M. S. S. Princípios do direito constitucional do ambiente. *Cognitio Juris*, 2014, p. 61. Disponível em:

<https://cognitiojuris.com.br/principios-do-direito-constitucional-do-ambiente/>.

Acesso em: 1 maio 2025.

FIORIN, José Luiz. Objeto artístico e experiência estética. In: **Semiótica, estesis, estética**. LANDOWSKI, Eric; OLIVEIRA, Ana Claudia *et al.* São Paulo: EDUC, 1997.

GREIMAS & COURTÉS (1983: P. 391-392). In: LANDOWSKI, Eric. **Presenças do Outro. Ensaio de Sociosemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível**. São Paulo: EDUC, 1995.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 10, p. 12–29, 2000. Disponível em:

[https://unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao1/Wellington\\_Menezes.pdf](https://unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao1/Wellington_Menezes.pdf). Acesso em: 1 maio 2025.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. A interação na arte contemporânea. In: **Galáxia**.

**Revista Transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura**. Programa Pós-Graduado em Comunicação e Semiótica da PUC-SP – N.º 4 (2002) – São Paulo: EDUC, 2002.



OLIVEIRA, Ana Claudia. **As Semioses Pictóricas**. In: Face São Paulo. v. 4 n.º 2 – jul/dez 1995.

OLIVEIRA, Ana Claudia. **Vitrinas: acidentes estéticos na cotidianidade**. São Paulo: EDUC, 1997.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Rev. Crítica Marxista, São Paulo, n. 10, p. 12–29, 2000.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira *et al.* **A Amazônia e os povos indígenas: conflitos socioambientais e culturais**. Editora Appris, 2017.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. O uso da educação como mediação. 2009. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – PUC-SP, São Paulo, 2009.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. **Semiótica e política: a educação como mediação**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015. 245 p. ISBN 978-8581928029.